

Paz no campo é promessa petista

Proposta do partido para a agricultura prevê que MST passará a exercer um novo papel social

CARLA FRANCO

A proposta para a agricultura que o candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, vai apresentar hoje em Brasília tem como ponto central a idéia de paz no campo. Os formuladores do programa de Lula acreditam que, num eventual governo de esquerda, o Movimento dos Sem-Terra (MST) passaria a atuar com um novo papel social.

“A razão da existência do MST é a ineficiência do governo em atender a reivindicação da reforma agrária”, afirma José Graziano da Silva, professor de Economia Agrícola da Unicamp e um dos formuladores do programa de Lula. Ele prevê que a atuação do MST deverá mudar “à medida que o governo Lula der uma demonstração de que é sério, fazendo de fato uma reforma agrária e estando aberto ao diálogo”. “O governo Fernando Henrique só sentou à mesa com o MST depois de uma marcha de 100 mil pessoas em

Brasília”, reclama. “Nós não vamos deixar isso acontecer.”

O item “Paz no Campo” faz parte do primeiro capítulo do texto com as diretrizes básicas para o programa de agricultura do candidato da União do Povo Muda Brasil (PT, PDT, PSB, PCB e PC do B). O documento de 13 páginas recebeu o nome do tripé em que se baseia: “Terra, Defesa da Agricultura e Erradicação da Fome.” A proposta abraçou sugestões da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), do MST e de federações de agricultores de vários Estados.

O capítulo intitulado “Terra” reitera a meta já anunciada de assentar 1 milhão de famílias em quatro anos e a irrigação de 1,5 milhão de hectares de terra num eventual governo de Lula. Graziano prevê um custo de US\$ 12 mil a US\$ 15 mil por família assentada no período. Segundo ele, essa estimativa não inclui gastos com educação, saúde e toda a infra-estrutura demandada pelos assentamentos,

que estariam previstos nos orçamentos de cada uma das áreas. Outras medidas prometidas são a demarcação das terras indígenas e a regularização das áreas em regime de posse.

O capítulo “Defesa da Agricultura” trata basicamente da ampliação do apoio à agricultura familiar. Entre os mecanismos utilizados para estimular os agricultores do País estão a criação de barreiras

alfandegárias para a importação de produtos agrícolas e a oferta de crédito com juros subsidiados. A transformação do Programa de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf)

numa política permanente é outro ponto defendido pela proposta.

O último tópico da versão preliminar do programa de Lula para a agricultura propõe a erradicação da fome. A meta é atender de 7 a 10 milhões de famílias brasileiras que vivem na miséria com programas de caráter assistencial, que serão precedidos da recomposição do estoque regulador de alimentos.

ASENTADO
CUSTARÁ DE
US\$ 12 MIL A
US\$ 15 MIL